

PARA: Presidente da Câmara, Dr. Hermínio Loureiro
Vice-Presidente, Dr. Ricardo Tavares
Vereadora, Dr.ª Gracinda Leal
Vereador, Dr. Isidro Figueiredo
Vereador, Dr. Pedro Marques

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO SANEAMENTO FINANCEIRO

Reporte a 31.dezembro.2012
Após encerramento das contas municipais

Oliveira de Azeméis, 23 de abril de 2013.



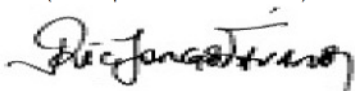
Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:
Nuno José Pimenta de Oliveira Gomes
Funcionário N° 715
CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL
23-04-2013 14:39:21

Nuno Gomes
Divisão M. Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação

\\Srv-users\gaicg\Dados Partilhados\Análises Económicas e Financeiras\Saneamento
Financeiro_2008\Análise_Execução\2012_12_encerramento_contas\RAEPSF_1212_EC.docx

Despacho:

Aprovo. (ver despacho em movimentos)




Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:
RICARDO JORGE DE PINHO TAVARES
Funcionário N° 1003
VEREADOR
23-04-2013 16:43:17

Índice

Pág

1. Introdução	2
2. Empréstimo de Saneamento Financeiro	3
3. Execução Económico Financeira	4
4. Dívida Total Municipal	7
5. Equilíbrio Financeiro Municipal	8
5.1 Endividamento empréstimos de curto prazo	8
5.2 Dívida empréstimos médio e longo prazo	8
5.3 Endividamento Líquido	10
5.4 Dívida a Fornecedores	11
5.5 Passivos Financeiros	12
5.6 Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores	13
6. Execução Orçamental	14
7. Conclusões	15
8. Proposta	17

Apreciado - Assembleia Municipal de 30.04.2013



Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:
Gisela Celeste de Pinho Rodrigues
Funcionário N° 899
TÉCNICO SUPERIOR
02-05-2013 10:49:42

1. INTRODUÇÃO

Este relatório atualiza o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano Saneamento Financeiro emitido a 26 de janeiro 2013, com referência R-32.01.17-01/13.

De forma a dar cumprimento ao artigo 6º do Decreto-Lei n.º 38/2008 e à alínea c) n.º 4 Art.º 40º da Lei 2/2007 (Lei das Finanças Locais), o presente relatório visa o acompanhamento da Execução do *Plano Saneamento Financeiro* (PSF) aprovado em Assembleia Municipal de 5 de setembro de 2008 e do qual resultou a contratação de Empréstimo de Saneamento Financeiro no valor de 34.000.000€, com visto favorável do Tribunal de Contas de 24 de outubro de 2008 (processo n.º 1216).

Considerando os pontos 5 e 6 do Estudo e Plano de Saneamento Financeiro 2008, neste relatório de acompanhamento propõem-se analisar e evidenciar:

- Ponto de situação do empréstimo de saneamento financeiro.
- A taxa de execução anual, com dados reportados a 31.dezembro.2012 após encerramento das contas municipais, face à execução económico-financeira prevista no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2012.
- A evolução da dívida e endividamento Municipal (2007/2012)
- A evolução dos indicadores de equilíbrio económico-financeiro;
- As conclusões sobre o grau de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, dos objetivos de equilíbrio financeiro e cumprimento da lei das finanças locais.

O relatório reporta a execução a 31.dezembro.2012 com dados atualizados após encerramento das contas municipais referentes ao exercício 2012 aprovadas em Reunião de Câmara de 23.abril.2013.

Submetido a despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- enviar aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do art.º 6.º do Decreto-Lei 38/2008;
- remeter para apreciação à Assembleia Municipal, em cumprimento do art.º 40.º da Lei 2/2007;
- publicar no sítio da internet do Município, após a apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento dos art.º 40.º e 49.º da Lei 2/2007.

2. EMPRÉSTIMO SANEAMENTO / CONSOLIDAÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

Contratado empréstimo de saneamento financeiro no valor de 34.000.000€, o Município procedeu a nove utilizações no montante global de 32.496.059,81€, sendo este exclusivamente direcionado para pagamento de créditos constantes da lista anexa ao contrato de empréstimo bancário, ficando garantido o não aumento de endividamento pela utilização do empréstimo.

O volume de utilizações do empréstimo (32.496.059,81€) ficou aquém do total contratado (34.000.000€) no valor de 1.503.940,19€.

Os motivos que originaram desvios entre o valor contratualizado e o efetivamente utilizado são globalmente identificados no quadro seguinte:

Descrição do motivo	Tipo de Entidade / Valor		
	Fornecedores C/C	Fornecedores de Imobilizado	Outros Credores
No período de utilização do empréstimo a entidade credora não apresentou documentos justificativos necessários à concretização do pagamento	2.639,24 €	4.053,01 €	942.534,78 €
Antecipação de pagamento crédito relativamente à data de aprovação do empréstimo de saneamento.	20.407,66 €	3.535,20 €	194.830,32 €
Aquisição de terrenos cujo processo não reuniu os requisitos necessários à conclusão/pagamento do crédito.		105.771,44 €	
Diferenças com origem na emissão de notas de crédito, estornos ou arredondamentos, relativos aos créditos da listagem anexa à contratualização do empréstimo de saneamento.	25.919,87 €	204.248,67 €	
Subtotais	48.966,77 €	317.608,32 €	1.137.365,10 €
TOTAIS		1.503.940,19€	

Tendo decorrido o período de carência de amortização do empréstimo até novembro de 2011, de forma a respeitar a imposição legal de redução do excesso da dívida com empréstimos médio e longo prazo, o Município procedeu a amortizações extra de capital no empréstimo de saneamento financeiro nos anos de 2009 (904.536€) e 2010 (705.625€) num total de 1.610.161€. A partir de novembro.2011, no âmbito das prestações mensais, o Município procedeu à amortização de capital no empréstimo de saneamento financeiro no valor de 3.717.956,23€, sendo 513.306,20€ em 2011 e 3.204.650,03€ em 2012.

À data de 31.dezembro.2012, o valor em dívida com empréstimo de saneamento financeiro totalizava 27.167.942,58€:

Data	Utilizações	Amortizações de Capital
Ano 2008	31.470.418,32 €	
Ano 2009	1.025.641,49 €	904.536,00 €
Ano 2010		705.625,00 €
Ano 2011		513.306,20 €
Jan./Jun-2012		1.571.320,10 €
Jul-2012		267.957,67 €
Ago-2012		270.580,08 €
Set-2012		270.925,29 €
Out-2012		271.270,95 €
Nov-2012		276.169,32 €
Dez-2012		276.426,62 €
V. Acumulados ^(2008 a dez.2012)	32.496.059,81 €	5.328.117,23 €
Capital em dívida a 31.dezembro.2012 =	27.167.942,58 €	

3. EXECUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Conforme definido no ponto 5 do Estudo e Plano Saneamento Financeiro 2008, o Plano caracterizou-se pela fixação de limites máximos de custos e de investimentos e limites mínimos de proveitos que garantiam o objetivo macro municipal de equilíbrio económico-financeiro.

Uma política de contenção e o sistema implementado de controlo de recursos deverá garantir uma execução sem derrapagens ao objetivo macro de equilíbrio económico-financeiro, não obstante as necessidades de gestão de adaptação dos limites fixados no plano em consequência das variações ocorridas por fatores exógenos à organização, das obrigações e das competências municipais.

Para efeitos de análise comparativa com o *Plano Saneamento Financeiro*, considera-se exclusivamente: as compras, os custos e proveitos com impacto financeiro, o volume de investimento executado no ano e a contabilização dos movimentos relacionados com as participações externas ao investimento.

Execução Económico-Financeira - Execução 2011 / Previsão anual 2012^{PSF} / Execução 2012 / Taxa Execução anual

Descrição	2011 Execução	2012		% de Execução
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	
1	2	3	4	5 = 4/3
PROVEITOS- (CUSTOS+INVESTIMENTO)	3.581.702 €	4.576.580 €	7.400.207 €	161,7%
CUSTOS DE ESTRUTURA:				
Compras	1.558.677 €	2.252.780 €	1.321.211 €	58,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	6.836.726 €	5.578.433 €	6.963.461 €	124,8%
Transferências e Subsídios Correntes c/. Prest. Sociais	4.406.293 €	3.141.059 €	3.011.092 €	95,9%
Custos com Pessoal	9.810.042 €	11.428.130 €	8.888.218 €	77,8%
Outros Custos e Perdas Operacionais	331.418 €	92.716 €	334.467 €	360,7%
Custos e Perdas Financeiras	908.635 €	2.005.831 €	744.822 €	37,1%
Custos e Perdas Extraordinárias	2.618.015 €	2.218.355 €	1.344.375 €	60,6%
TOTAIS - CUSTOS DE ESTRUTURA	26.469.803 €	26.717.304 €	22.607.647 €	84,6%
TOTAIS - INVESTIMENTO	3.390.568 €	2.025.453 €	2.115.894 €	104,5%
TOTAIS - CUSTOS DE ESTRUTURA + INVESTIMENTO	29.860.371 €	28.742.757 €	24.723.541 €	86,0%
PROVEITOS				
Vendas e Prestação de Serviços	4.596.112 €	4.622.454 €	4.368.122 €	94,5%
Impostos e Taxas	10.094.489 €	11.127.900 €	9.205.151 €	82,7%
Proveitos Suplementares	1.617.146 €	1.485.011 €	1.709.198 €	115,1%
Transferências e Subsídios Obtidos	14.815.863 €	15.903.166 €	14.326.404 €	90,1%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	344 €	0 €	237 €	
Proveitos e Ganhos Financeiros	40.602 €	83.371 €	51.445 €	61,7%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	398.730 €	97.436 €	1.305.810 €	1340,2%
TOTAIS - PROVEITOS	31.563.287 €	33.319.337 €	30.966.366 €	92,9%
Proveitos diferidos	1.878.787 €	0 €	1.157.381 €	
TOTAIS - PROVEITOS + PROV. DIFERIDOS	33.442.074 €	33.319.337 €	32.123.747 €	96,4%

Fonte: Res_Ev_Econ_Financ

No ano 2012, o volume de proveitos (30.966.366€) acrescido dos *proveitos diferidos*, relacionados com o recebimento de participações ao investimento (1.157.381€), apresentava uma taxa de execução de 96,4% do limite mínimo de proveitos previstos para o ano 2012 (33.319.337€).

Considerando as rubricas e desvios mais relevantes, a execução global de proveitos abaixo do estimado no PSF para o ano 2012, teve origem:

- Nos proveitos com Impostos e taxas (-1.922.750€, -17,3%), pela quebra nos impostos diretos relativamente ao valor estimado tendo por base os valores históricos registados à data da elaboração do PSF, nomeadamente, nas rubricas da *Derrama e Imposto municipal sobre transmissões onerosas de bens*:

Rubrica	Ano					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<i>Derrama</i>	1.716.072 €	1.023.134 €	1.003.596 €	659.099 €	1.390.956 €	830.719 €
<i>Imposto municipal s/ transmissões onerosas de bens</i>	1.962.955 €	2.250.832 €	1.328.734 €	1.924.346€	1.338.727 €	945.284 €

- Nos proveitos relacionados com *Transferências e subsídios obtidos* (-1.576.761€; -9,9%), pela diminuição do volume de transferências do Orçamento de Estado para o Município, que registou uma diminuição anual de 638.098€, valor que acresce às diminuições de transferências já verificadas em anos anteriores.

A execução acima do estimado, em Plano de Saneamento Financeiro, nas rubricas de *Proveitos e Ganhos Extraordinários* (+1.208.373€) e *Proveitos Diferidos* (+1.157.381€) atenuaram parcialmente as principais diminuições de proveitos identificadas nos pontos anteriores.

Os custos de estrutura e investimento apresentam uma taxa de execução de 86% dos limites máximos estimados no *Plano de Saneamento Financeiro* para o ano 2012, ficando abaixo do limite máximo em 4.019.217€ (28.742.757€^{E.PSF2012} vs 24.723.541€^{Execução.2012}).

Considerando as rubricas de custo/investimento mais significativas, a execução em 2012 apresenta uma taxa de execução anual superior ao estimado no PSF nas seguintes rubricas:

- + Investimento - taxa de execução 104,5%;
- + Compras e Fornecimentos e Serviços Externos¹ - taxa de execução 105,8%;
- + Outros Custos e Perdas Operacionais - taxa de execução 360,7%.

Esta tendência encontra-se compensada pela execução inferior ao previsto nas restantes rubricas, nomeadamente:

- Transferências e Subsídios Correntes - taxa de execução 95,9%;
- Custos com Pessoal - taxa de execução 77,8%;
- Custos e Perdas Extraordinárias - taxa de execução 60,6%;
- Custos e Perdas Financeiras - taxa de execução 37,1%.

¹ Na análise das rubricas *Compras e Fornecimentos e serviços externos* deve ter-se em consideração a alteração do critério contabilístico no registo dos custos relacionados com a iluminação pública. No momento da elaboração do Plano de Saneamento Financeiro esta aquisição era registada numa conta de compras, atualmente é registada na rubrica de *fornecimentos e serviços externos*. No ano 2012 os custos relacionados com iluminação pública ascenderam a 1.278.494€.

Globalmente, da execução de custos/investimento e de proveitos com impacto financeiro resulta um superavit económico-financeiro de 7.400.207€, superando em 61,7% (+2.823.627€) o valor estimado no *Plano Saneamento Financeiro* para o ano 2012 (4.576.580€).

O desvio positivo em relação ao objetivo anual fixado conseguido pelo superavit gerado em 2012, permitiu uma recuperação global dos principais indicadores da dívida e do endividamento municipal, conforme se demonstra no ponto 5 deste relatório.

O superavit gerado garantiu, também, uma redução da dívida, do endividamento líquido municipal e endividamento de médio e longo prazo, acima dos limites mínimos legalmente estabelecidos.

4. Dívida Total Municipal

No final de 2012, a dívida a terceiros de curto, médio e longo prazo totalizava o montante de 39.570.503€, registando uma redução de 8.115.130€ relativamente à dívida total reportada a 31.dezembro.2011 e uma redução acumulada de 15.614.665€ (-28,3%) relativamente ao ano que antecedeu a aprovação e implementação do Plano de Saneamento Financeiro (55.185.169€^{Dez.2007} vs 39.570.503€^{Dez.2012}).

Evolução Dívida Total Municipal - Comparativo 2007/2012

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação	
							2011/2012	2007/2012
Estrutura da Dívida Municipal:								
Dívida a Fornecedores conta corrente	15.642.229 €	2.611.522 €	2.605.275 €	2.364.249 €	2.700.084 €	1.161.841 €	- 1.538.244 €	- 14.480.389€
Dívida a Estado Outros Entes Públicos	270.356 €	285.464 €	269.927 €	229.402 €	229.191 €	201.383 €	- 27.808 €	- 68.973€
Dívida a Fornecedores de Imobilizado	15.198.099 €	1.246.528 €	2.758.469 €	1.480.203 €	1.213.381 €	978.586 €	- 234.795 €	- 14.219.514€
Dívida ao Pessoal	39.022 €	32.784 €	17.874 €	24.962 €	23.933 €	911 €	- 23.022 €	- 38.111€
Dívida a Outros Credores	8.719.545 €	2.135.820 €	1.734.764 €	3.606.866 €	4.193.701 €	2.848.565 €	- 1.345.135 €	- 5.870.979€
Dívida empréstimos bancários m/l prazo	15.315.918 €	46.023.184 €	44.348.642 €	41.775.364 €	39.325.344 €	34.379.218 €	- 4.946.126 €	+ 19.063.300€
Dívida empréstimos bancários c/ prazo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0€
Dívida Municipal Total	55.185.169 €	52.335.301 €	51.734.951 €	49.481.046 €	47.685.633€	39.570.503€	- 8.115.130€	- 15.614.665 €

Fonte: Res_Ev_Econ_Financ

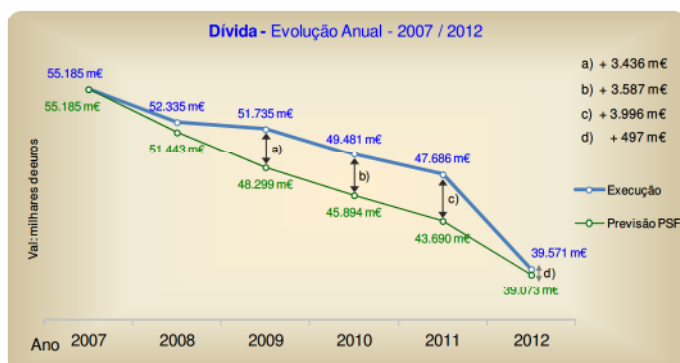
Com uma redução anual de 8.115.130€, superando em 3.498.295€ a redução prevista no PSF para o ano 2012 (4.616.834€), a dívida total do município no final do exercício apresenta um desvio de +1,3% (497.397€) face ao estimado em PSF.

Dívida Total Municipal – Comparativo: Estimativa Plano Saneamento Financeiro / Execução

Descrição	Ano 2012		Diferença previsão PSF vs Execução ²⁰¹²	
	Previsão PSF	EXECUÇÃO	€	%
Estrutura da Dívida Municipal:				
Dívida a Fornecedores conta corrente	1.224.645 €	1.161.841 €	- 62.804 €	- 5,1%
Dívida a Estado Outros Entes Públicos	218.386 €	201.383 €	- 17.002 €	- 7,8%
Dívida a Fornecedores de Imobilizado	137.500 €	978.586 €	+ 841.086 €	+ 611,7%
Dívida ao Pessoal	0 €	911 €	+ 911 €	
Dívida a Outros Credores	856.131 €	2.848.565 €	+ 1.992.434 €	+ 232,7%
Dívida de empréstimos bancários m/l prazo	36.636.445 €	34.379.218 €	- 2.257.227 €	- 6,2%
Dívida de empréstimos bancários c/ prazo	0 €	0 €	0 €	
Dívida Municipal Total	39.073.107 €	39.570.503 €	+ 497.397 €	+ 1,3%

Fonte: Res_Ev_Econ_Financ

A redução anual acima do previsto para o ano 2012 permitiu uma recuperação relativamente aos desvios verificados nos anos anteriores, reaproximando o montante da dívida total aos valores previstos no plano.



5. EQUILÍBRIO FINANCEIRO MUNICIPAL

O quadro 3 do *Estudo de Saneamento Financeiro*, considerando o definido nos artigos 39º e 37º da Lei 2/2007 e no artigo 3º do Dec. Lei 38/2008, apresentava a estimativa de evolução dos principais indicadores de equilíbrio financeiro municipal.

Os pontos abaixo apresentam os principais indicadores financeiros resultantes da execução a 31.dezembro.2012, comparando com os valores estimados no Estudo Saneamento Financeiro para o ano 2012 e a sua evolução no período de vigência do plano.

Novas regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, resultantes da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, vieram reforçar a necessidade de acompanhamento das metas económico-financeiras traçadas em Plano e um controlo apertado e rigoroso do seu desempenho.

A diminuição das transferências provenientes da participação do Município nos impostos do Estado (FEF + IRS) que se tem verificado nos últimos anos contribuíram significativamente para a inversão da tendência de aumento dos limites legais de endividamento prevista no Plano de Saneamento Financeiro, com impacto nos limites do *endividamento líquido*^(Ponto 5.3) e nos limites do capital em dívida com empréstimos médio e longo prazo^(Ponto 5.2).

5.1 Endividamento empréstimos de curto prazo

No final de 2012, o Município não apresentava valor em dívida relativo a *Empréstimos de Curto Prazo*.

O limite de endividamento de Empréstimos Curto Prazo para o ano 2012 ascende a 1.977.033€ (n.º 1, art.º 39 – Lei 2/2007).

Descrição	Ano 2011	Ano 2012		Diferença previsão PSF vs Execução 2012	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Limite ao endividamento empréstimos curto prazo (n.º 1, art.º 39 - Lei 2/2007)	2.003.307 €		1.977.033 €		
Valor em dívida de Empréstimos de curto prazo	0 €	0 €	0 €	0 €	
Margem para o limite / (Montante em excesso)	2.003.307 €		1.977.033 €		

Fonte: Lim. Endividamento

A 31.dezembro.2012 existia autorização da Assembleia Municipal para a contratação de empréstimo de curto prazo, a utilizar no ano 2013, no montante de 1.000.000€ (Caixa Geral de Depósitos).

5.2 Dívida empréstimos médio e longo prazo

A 31.dezembro.2012, a dívida total com empréstimos bancários de médio e longo prazo totalizava 34.379.218€, registando uma diminuição de 4.946.126€ face a dezembro 2011.

(34.379.218€^{Dez.2012} vs 39.325.344€^{Dez.2011})

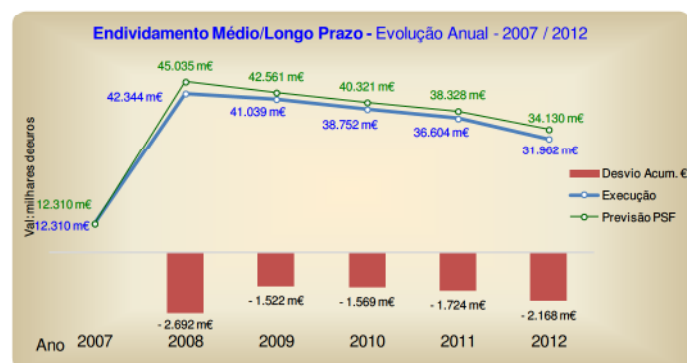


Considerando exclusivamente os empréstimos com impacto no endividamento líquido, a dívida municipal com *empréstimos de médio e longo prazo* totalizava, no final de 2012, o montante de 31.962.097€, registando uma diminuição anual de 4.641.781€ (31.962.097€^{Dez.2012} vs 36.603.878€^{Dez.2011})



No exercício de 2008, a utilização do empréstimo de saneamento financeiro determinou o excesso do limite legal da dívida referente a *empréstimos médio e longo prazo* (n.º 2, art.º 39º - Lei 2/2007). Conforme definido no n.º 3, art.º 3º do Dec. Lei 38/2008, este excesso não prejudicou a contratação do empréstimo, ficando o Município obrigado à redução anual de 10% do montante em excesso (artº 39, nº3, Lei 2/2007).

Conforme se demonstra no quadro seguinte, o Município deu cumprimento à imposição legal de redução anual do endividamento de médio e longo prazo (n.º 3, art.º 39º - Lei 2/2007), quantificando-se esta dívida 2.167.623€ abaixo do montante previsto em PSF para o final de 2012 (31.962.097€^{Execução.2012} vs 34.129.720€^{Previsão.PSF.2012}).



Descrição	Ano 2011	Ano 2012		Diferença previsão PSF vs Execução ²⁰¹²	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Limite empréstimos de médio e longo prazo (nº 2, art.º 39 - Lei 2/2007)	20.033.075 €	21.346.142 €	19.770.331 €		
Capital em dívida de Empréstimos M/L prazo a considerar no endividamento	36.603.878 €	34.129.720 €	31.962.097 €	- 2.167.623 €	- 6,4%
Margem para o limite / (Montante em excesso)	(16.570.803 €)	(12.783.578 €)	(12.191.766 €)		
Imposição legal de redução de endividamento (nº 3, art.º 39, Lei - 2/2007)	- 1.871.877€	- 1.731.149€	- 1.683.355€		
Redução ano da dívida de Empréstimos M/L prazo a considerar no endividamento	- 2.147.964€	- 4.197.891€	- 4.641.781€	- 443.891 €	- 10,6%
Margem p/ limite redução/(Insuficiência de Redução)	276.087€	2.466.741€	2.958.427€		

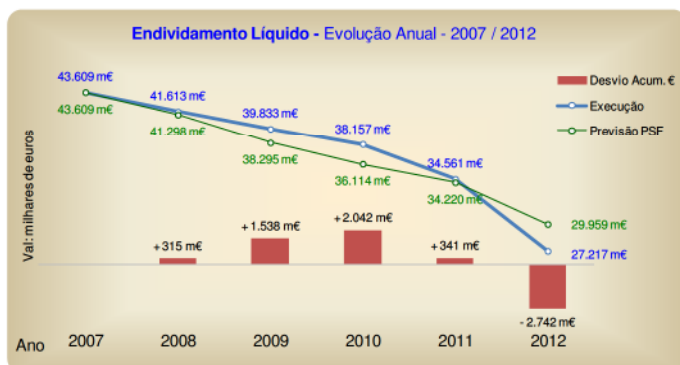
Fonte: Lim_Endividamento

5.3 Endividamento Líquido

No final de 2012, o endividamento líquido municipal totalizava 27.217.397€, registando uma diminuição de 7.343.703€ face a dezembro.2011, acumulando um decréscimo de 16.392.101€ relativamente a dezembro.2007.

Mantendo a tendência, já verificada em 2011, de redução anual do endividamento líquido superior à redução prevista no Plano de Saneamento Financeiro (-4.260.901€ Diminuição anual prevista vs -7.343.703€ Diminuição anual executada), o desvio acumulado que se verificava no final de 2011^(341.235€) foi anulado, colocando o endividamento líquido municipal 2.741.566€ abaixo do valor previsto no PSF para 2012.

Com a redução do endividamento líquido municipal verificada em 2012, o Município de Oliveira de Azeméis supera a redução mínima anual exigida pela Lei das Finanças Locais (Lei 2/2007), que impõe a diminuição anual mínima de 10% do montante que excede o limite máximo de endividamento líquido.



Descrição	Ano 2011	Ano 2012		Diferença previsão PSF vs Execução ²⁰¹²	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Limite ao endividamento líquido (nº 1, artº 37º - Lei 2/2007)	25.041.344 €	26.682.678 €	24.712.913 €		
Endividamento Líquido	34.561.099 €	29.958.962 €	27.217.397 €	- 2.741.566 €	- 9,2%
Margem para o limite / (Montante em excesso)	(9.519.755 €)	(3.276.285 €)	(2.504.484 €)		
Imposição Legal de Redução Anual do endividamento (10% do excesso - nº 2 artº 37º - Lei 2/2007)	-1.311.529 €	-794.972 €	-984.819 €		
Redução anual do Endividamento Líquido Municipal	-3.595.539 €	-4.260.901 €	-7.343.703 €	- 3.082.801 €	
Margem legal de redução do endividamento / (Insuficiência de redução)	2.284.010 €	3.465.929 €	6.358.884 €		

Fonte: Lim_Endividamento

5.4 Dívida a Fornecedores

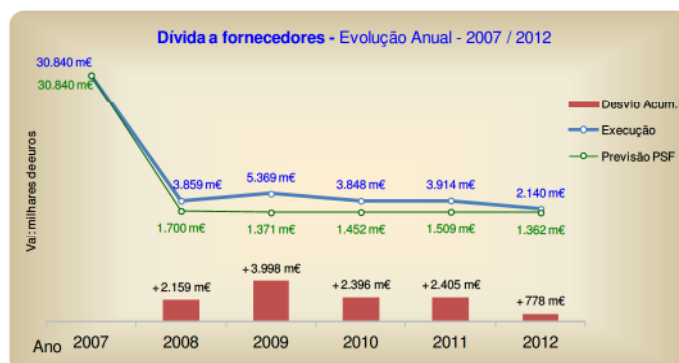
A dívida a fornecedores totaliza 2.140.426€, valor que representa 6,4% das receitas totais do ano anterior.

Registando uma diminuição anual de 1.773.165€, o volume de dívida a fornecedores fixou-se em 2.140.426€, contrapondo com o total de 3.913.591€ registado em dezembro.2011.



A evolução da dívida a fornecedores dentro dos valores estimados no plano de saneamento financeiro ficou condicionada pela não utilização integral do empréstimo de saneamento financeiro, conforme referido no ponto 2 deste relatório, e pelo nível de execução económico-financeiro do ano 2009.

Mantendo-se acima dos valores previstos no PSF, a dívida a fornecedores regista uma evolução favorável, diminuindo em 1.626.345€ o desvio verificado no final do ano 2011 (+778.281€^{Desvio Dez.2012} vs +2.404.626€^{Desvio Dez.2011}).



Descrição	Ano 2011	Ano 2012		Diferença previsão PSF vs Execução ²⁰¹²	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Fornecedores	2.700.084 €	1.224.645 €	1.161.841 €	- 62.804 €	- 5,1%
Fornecedores de imobilizado	1.213.381 €	137.500 €	978.586 €	+ 841.086 €	+ 611,7%
Credores pela Execução do Orçamento - Despesa	0 €		0 €		
Consultores, Assessores e Intermediários	126 €		0 €		
Dívida total a Fornecedores	3.913.591 €	1.362.145 €	2.140.426 €	+ 778.281 €	+ 57,1%
Limite mínimo de equilíbrio - 40% da Receita total ano anterior - (Artº 3º-n.4-b) Dec.Lei 38/08)	13.144.254 €	13.111.032 €	13.308.518 €		
Margem de equilíbrio financeiro / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)	9.230.662 €	11.748.887 €	11.168.092 €		

Fonte: Lim_Endividamento

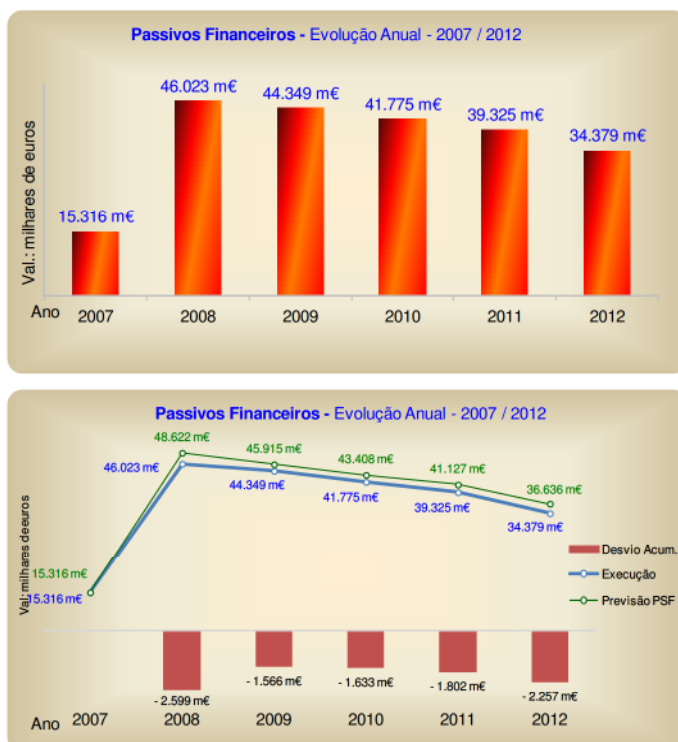
Com um volume de dívida a fornecedores dentro dos limites de equilíbrio legalmente estabelecidos (Artº 3º-n.4-b) Dec.Lei 38/08) e registando uma evolução positiva nos últimos exercícios, o Município deve prosseguir os objetivos de redução até aos montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro.

5.5 Passivos Financeiros

No final do ano 2007 os *passivos financeiros* do município totalizavam 15.315.918€. A contratação e utilização do empréstimo de saneamento financeiro determinou o aumento deste passivo no final do ano 2008 para o valor de 46.023.184€.

Com um volume global de 4.946.126€ de amortizações dos empréstimos de médio/longo prazo durante o ano 2012, os passivos financeiros totalizam o montante de 34.379.218€ à data de 31.dezembro.2012, quantificando-se 2.257.227€ abaixo do montante previsto em PSF para o final deste exercício.

No final de 2012, os passivos financeiros do Município representam 105,5% da Receita Total do ano, com equilíbrio do limite definido no Art.º 3º, n.º 4 – c) do Dec.Lei 38/2008 (Passivos Financeiros inferior a 200% da Receita Total do ano).



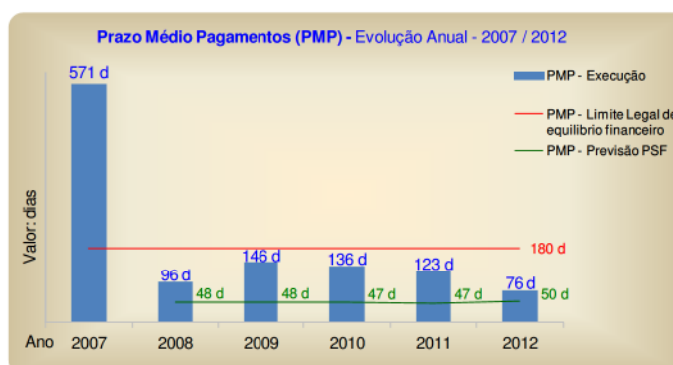
Descrição	Ano 2011	Ano 2012		Diferença previsão PSF vs Execução ²⁰¹²	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Empréstimos bancários	39.325.344 €	36.636.445 €	34.379.218 €		
Passivos Financeiros Totais	39.325.344 €	36.636.445 €	34.379.218 €	- 2.257.227 €	- 6,2%
Receitas totais ano (ano n)	33.271.296 €	33.319.337 €	32.576.819 €		
200% da Receita total ano (ano n) - Artº 3º-n.4-c) Dec.Lei 38/2008	66.542.591 €	66.638.674 €	65.153.638 €		
Margem de equilíbrio financeiro / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)	27.217.247 €	30.002.229 €	30.774.420 €		

Fonte: Lim_Endividamento

5.6 Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

Conforme *Plano Saneamento Financeiro* e considerando a utilização integral do empréstimo de saneamento, estimou-se que no final 2012 a dívida a fornecedores representaria um PMP de 50 dias. A não utilização integral do empréstimo e a execução económico-financeira 2009 condicionaram a evolução do rácio PMP.

Mantendo a tendência verificada nos últimos anos, a execução económica e o volume de pagamentos no ano 2012 permitiram uma recuperação deste rácio relativamente a dezembro.2011 em 47 dias, passando a dívida a fornecedores a representar um PMP de 76 dias.



Cumprindo o limite mínimo de 180 dias de PMP definido no Art.º 3º, n.º 4 d) do Dec. Lei 38/2008, este indicador apresenta, no final de 2012, um desvio de 26 dias face ao PMP estimado no Plano de Saneamento Financeiro e uma diminuição de 47 dias face a dezembro.2011.

Descrição	Ano 2011	Ano 2012		Diferença previsão PSF vs Execução ²⁰¹²	
		PREVISÃO	EXECUÇÃO	€	%
Dívida a Fornecedores	3.913.591 €	1.362.145 €	2.140.426 €	+ 778.281 €	+ 57,1%
Aquisições bens e serviços últimos 12 meses	11.614.571 €	9.856.666 €	10.283.485 €	+ 426.819 €	+ 4,3%
Prazo médio de pagamentos	123 dias	50 dias	76 dias	+ 26 dias	
Limite PMP - Artº 3º-n.4-d) Dec.Lei 38/2008	180 dias	180 dias	180 dias		
Margem de Equilíbrio / (Montante em excesso para o equilíbrio financeiro)	57 dias	130 dias	104 dias		

Fonte: Lim_Endividamento

6. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No ano 2012, a *Despesa* do Município totalizou 33.145.089€ e a *Receita Total* ascendeu a 32.576.819€, representando uma taxa de execução de 99,4%^{despesa} e 97,8%^{receita total} face aos montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2012.

Apresentando desvios entre rubricas, globalmente a execução orçamental evidencia uma execução anual com cumprimento dos valores estimados no Plano de Saneamento Financeiro, apresentando um volume de despesa inferior em 214.502€ e uma execução de receita inferior em 742.518€ face aos valores previstos.

Execução Orçamental

Comparativo 2008/2009/2010/2011/2012 – Estimativa 2012 / Execução 2012

(valores em euros)

Descrição	Execução				2012		% de Execução
	2008	2009	2010	2011	PREVISÃO	EXECUÇÃO	
Saldo Inicial Conta de Gerência	1.390.574	1.259.453	187.153	853.231	1.681.017	2.046.829	
Despesa Corrente							
Despesas com o Pessoal	10.767.297	10.563.188	10.912.326	10.183.523	11.423.848	8.906.013	78,0%
Aquisição de Bens e Serviços	13.586.631	7.711.148	8.200.180	8.057.607	8.182.654	9.378.126	114,6%
Juros e Outros Encargos	2.623.187	1.697.378	839.440	893.831	2.005.831	926.729	46,2%
Transferências Correntes	6.664.900	2.923.286	3.251.485	4.220.949	3.127.886	3.558.709	113,8%
Outras Despesas Correntes	528.074	689.278	1.100.854	718.365	92.716	819.543	883,9%
Totais - Despesa Corrente	34.170.089	23.584.279	24.304.284	24.074.276	24.832.935	23.589.120	95,0%
Despesa Capital							
Aquisição de Bens de Capital	26.082.575	4.435.686	3.734.432	3.720.587	1.820.833	2.662.908	146,2%
Transferências de Capital	4.332.653	2.139.216	1.536.763	1.801.780	2.214.922	1.283.735	58,0%
Ativos Financeiros	2.841	175.272	13.551	999	0	13.200	
Passivos Financeiros	2.555.025	4.371.584	3.158.051	2.450.020	4.490.902	5.596.126	124,6%
Outras Despesas de Capital	143.609	76.948	0	0	0	0	
Totais - Despesa Capital	33.116.703	11.198.706	8.442.798	7.973.385	8.526.657	9.555.969	112,1%
Despesa Total	67.286.792	34.782.985	32.747.082	32.047.661	33.359.592	33.145.089	99,4%
Receita Corrente							
Impostos Diretos	8.925.226	7.971.903	8.549.571	9.053.377	9.783.599	8.745.941	89,4%
Impostos Indiretos	119.686	133.048	222.907	175.805	676.832	250.459	37,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	721.824	642.834	795.196	688.054	764.906	755.375	98,8%
Rendimentos de Propriedade	101.250	38.249	41.127	40.191	83.371	20.257	24,3%
Transferências Correntes	10.745.483	11.154.785	11.067.754	10.779.369	11.665.275	10.173.683	87,2%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.200.125	5.958.487	6.308.923	6.036.123	5.997.591	6.041.741	100,7%
Outras Receitas Correntes	251.702	868.215	248.992	258.575	109.873	472.567	430,1%
Totais - Receita Corrente	26.065.296	26.767.520	27.234.470	27.031.493	29.081.446	26.460.023	91,0%
Receita Capital							
Vendas de Bens de Investimento	560.105	26.585	7.538	1.565	0	223.002	
Transferências de Capital	6.922.517	4.633.747	4.957.726	6.210.751	4.237.891	5.162.159	121,8%
Ativos Financeiros	0	0	0	3.107	0	3.343	
Passivos Financeiros	33.295.886	2.757.641	570.000	0	0	650.000	
Outras Receitas de Capital	36.640	10.768	673	598	0	1.489	
Totais - Receitas Capital	40.815.148	7.428.741	5.535.937	6.216.021	4.237.891	6.039.993	142,5%
Outras Receitas	42.988	83.917	90.227	23.781	0	76.803	
Receita Total	66.923.433	34.280.178	32.860.634	33.271.296	33.319.337	32.576.819	97,8%
Saldo Anual de Operações de Tesouraria	+ 232.238	-569.493	552.526	-30.037		-112.402	
Saldo Final Conta de Gerência	1.259.453	187.153	853.231	2.046.829	1.640.762	1.366.156	

Fonte: Orçamental

7. CONCLUSÕES

7.1 No final de 2012, o capital em dívida do empréstimo *de saneamento financeiro* totalizava 27.167.942,58€.

Do montante contratualizado (34.000.000,00€), o Município utilizou 32.496.059,81€ e efetuou amortizações de capital no valor global de 5.328.117,23€ (dos quais 1.610.161,00€ relativos a amortizações extraordinárias).

Ponto 2

7.2 As contas municipais a 31.dezembro.2012 apresentam uma taxa de execução de custos de estrutura e de investimento de 86% dos limites máximos previstos no plano de saneamento financeiro para o ano 2012, situando-se abaixo dos limites máximos estimados em 4.019.217€ (28.742.757€^{E.PSF_2012} vs 24.723.541€^{Execução_2012}). Do lado dos proveitos com impacto financeiro a execução anual representa 96,4% dos limites mínimos previstos para 2012, com um desvio de -1.195.590€ relativamente às verbas totais estimadas para 2012 (33.319.337€^{E.PSF_2012} vs 32.123.747€^{Execução_2012}).

Pontos
3, 4,
5.3 e 6

Globalmente, da execução de custos/investimento e de proveitos com impacto financeiro resulta um superavit económico-financeiro de 23,04%^{s/proveitos}, no montante de 7.400.207€, superando em 2.823.627€ (+61,7%) o valor estimado no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2012 (4.576.580€).

A execução económico-financeira de 2012 permitiu uma redução da dívida total do Município em 8.115.130€, superior em 3.498.295€ à redução anual prevista para o ano 2012 (4.616.834€).

Considerando esta recuperação face ao ano anterior, o desvio relativamente à dívida estimada para o final 2012 quantifica-se em + 497.397€ (+1,3%).

O endividamento líquido municipal regista uma diminuição de 7.343.703€, superando a redução estimada (-4.260.901€) no Plano de Saneamento Financeiro para o ano 2012 em 3.082.801€. Esta redução permitiu anular o desvio verificado em anos anteriores, colocando o montante do endividamento líquido municipal abaixo do valor previsto para o final de 2012 no PSF.

O endividamento líquido municipal totaliza 27.217.397€, acumulando um decréscimo no montante de 16.392.101€ desde a implementação do plano de saneamento financeiro.

Na vertente orçamental, verifica-se uma execução próxima dos níveis de receita e despesa previstos, evidenciando uma taxa de execução de 99,4% na *Despesa* e de 97,8% na *Receita Total*, face às verbas orçamentais previstas no Plano Saneamento Financeiro para o ano 2012.

Globalmente, a execução económico-financeira do ano 2012 permitiu a recuperação dos principais indicadores da dívida e do endividamento municipal, aproximando-os das metas definidas no Plano de Saneamento Financeiro.

7.3 No que respeita aos objetivos de equilíbrio financeiro e cumprimento da Lei da Finanças Locais, com recurso ao empréstimo de saneamento financeiro as contas municipais a 31.dezembro.2012 demonstram:

- O cumprimento do *Artigo 40º n.º 1 da Lei 2/2007* - Da operação de saneamento financeiro não resultou o aumento do *Endividamento Líquido Municipal*. Ponto 2
- A **dívida total** do Município registou uma diminuição anual de 8.115.130€ (39.570.503€^{Dez.2012} vs 47.685.633€^{Dez.2011}), acumulando uma redução relativamente ao exercício antecedente ao saneamento financeiro de 15.614.665€ (39.570.503€^{Dez.2012} vs 55.185.169€^{Dez.2007}). Pontos 4; 5.2 e 5.4
- Cumprimento do n.º 3, Artigo 39.º da Lei 2/2007 - A dívida referente a **empréstimos de médio e longo prazo** com impacto no endividamento líquido totaliza 31.962.097€, registando uma diminuição anual de 4.641.781€. Valor que supera em 2.958.427€ a imposição legal de redução anual do endividamento de médio e longo prazo (1.683.355€). Ponto 5.2
- Cumprimento do n.º 2, Artigo 37.º da Lei 2/2007 - Apresentando uma redução anual do **Endividamento Líquido Municipal** no montante de 7.343.703€ (27.217.397€^{Dez.2012} vs 34.561.099€^{Dez.2011}), o Município superou a imposição legal de redução anual (-984.819€). Ponto 5.3
- Respeito pelo limite máximo de 40% definido na *alínea b) n.º 4, Artigo 3º do Decreto-Lei 38/2008* – O volume de **dívida a fornecedores** representa 6,4% das *receitas totais* do ano anterior, apresentando uma diminuição de 1.773.165€ face à dívida registada no final de 2011. Ponto 5.4
- Respeito pelo limite fixado no *Artigo 3º, n.º 4 c) do Dec. Lei 38/2008* – (Valor dos Passivos Financeiros inferior a 200% da receita total do ano) – Os passivos financeiros do Município representam 105,5% das Receitas Totais do ano. Ponto 5.5
- Respeito pelo prazo de 180 dias definido no Artigo 3º nº 4 d) do Decreto-Lei 38/2008 – A 31.dezembro.2012, a dívida a fornecedores representava um prazo médio de pagamento (PMP) de 76 dias. Ponto 5.6
Verificando-se um desvio +26 dias relativamente ao estimado no Plano de Saneamento Financeiro e uma diminuição de 47 dias face a dezembro.2011, este indicador tem evoluído favoravelmente nos últimos exercícios, registando uma aproximação sustentada às metas previstas no PSF.

7.4 O referido nos pontos 7.2 e 7.3 evidencia que a Gestão Municipal perseguiu os objetivos fundamentais de equilíbrio económico-financeiro e de cumprimento da lei das finanças locais.

Registando uma recuperação face aos anos anteriores, no ano 2012 a gestão de recursos implementada permitiu que se registasse uma diminuição anual da dívida a fornecedores, do endividamento líquido e do endividamento de médio e longo prazo acima dos níveis previstos no Plano. Este desempenho permite atenuar os desvios dos indicadores da dívida relativamente aos valores estimados para o final do ano de 2012 e superar as metas de endividamento municipal previstas no Plano de Saneamento Financeiro.

Mantendo uma gestão rigorosa dos recursos disponíveis e com respeito pelas metas traçadas, o Município deverá prosseguir nos objetivos de redução da dívida até aos montantes previstos no Plano de Saneamento Financeiro e que assegurem a inexistência de créditos vencidos.

8. PROPOSTA

Submetido a despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, propomos que ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- enviar aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do art.º 6.º do Decreto-Lei 38/2008;
- remeter para apreciação à Assembleia Municipal, em cumprimento do art.º 40.º da Lei 2/2007;
- publicar no sítio da internet do Município, após a apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento dos art.º 40.º e 49.º da Lei 2/2007.

Oliveira de Azeméis, 23 de abril de 2013.



Este Documento Contém a Assinatura Digital Qualificada de:
Nuno José Pimenta de Oliveira Gomes
Funcionário Nº 715
CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL
23-04-2013 14:38:43

Nuno Gomes
Divisão M. Auditoria Interna, Planeamento e Sistemas de Informação
\\Srv-users\gaicg\Dados Partilhados\Análises Económicas e Financeiras\Saneamento Financeiro_2008\Análise_Execução\2012_12_encerramento_contas\RAEPSF_1212_EC.docx